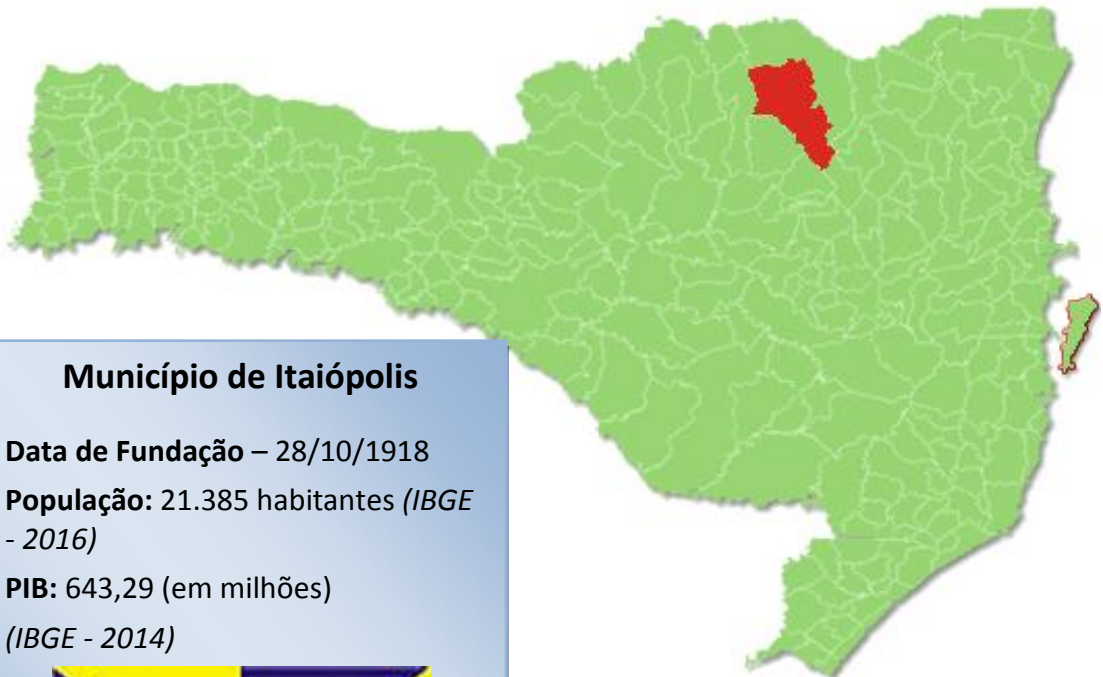


TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2016



Município de Itaiópolis

Data de Fundação – 28/10/1918

População: 21.385 habitantes (IBGE - 2016)

PIB: 643,29 (em milhões)
(IBGE - 2014)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1243/2017)	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	12
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	13
3.1. Apuração do resultado orçamentário	14
3.2. Análise do resultado orçamentário	15
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	16
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	24
4.1. Situação Patrimonial	24
4.2. Análise do resultado financeiro	25
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	26
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	28
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	31
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	33
5.1. Saúde	33
5.2. Ensino	35
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	35
5.2.2. FUNDEB	36
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	39
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	39
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	41
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	42
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	43
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	44
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	45
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	49
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	49

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	50
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	51
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	52
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF.....	56
9. RESTRIÇÕES APURADAS	61
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016.....	62
CONCLUSÃO	63
ANEXO	66
APÊNDICE.....	67

PROCESSO	PCP 17/00497100
UNIDADE	Município de Itaiópolis
RESPONSÁVEL	Sr. Jose Heraldo Schritke - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2016 - Reinstrução
RELATÓRIO N°	2094/2017

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Itaiópolis, relativas ao exercício de 2016.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2016 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Itaiópolis, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 10/11/2017 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2016 do Município, foi emitido o Relatório nº **1243/2017**, integrante do Processo **PCP 17/00497100**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Jose Heraldo Schritke - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições contidas no Relatório nº **1243/2017**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 14.421/2017, de 06/10/2017.

Considerando que o Exmo. Relator, em seu Despacho, determinou que o Responsável se manifestasse, especialmente acerca das restrições contidas nos itens 9.1.1 e 9.1.4 da conclusão do citado Relatório, nesta oportunidade, serão analisadas por esta Instrução todas as restrições sobre as quais o Responsável se manifestou.

Conforme solicitação do Exmo. Relator, o Prefeito Municipal, pelos Ofícios s/nº de 31/10/2017 (fls. 509 a 516) e 09/11/2017 (fls. 583 e 584), apresentou alegações de defesa (assim como remeteu documentos) sobre as restrições contidas no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 509 a 609 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1243/2017)

1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.2.1.1 Obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2016 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e VINCULADOS para pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS ORDINÁRIAS no montante de **R\$ 4.624.724,78** DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos (FR 06 – R\$ 149.828,57, FR 08 – R\$ 4.253,56 e FR 38 – R\$ 644.304,90), no montante de **R\$ 798.387,03**, evidenciando o descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (Capítulo 8 e item 9.1.1).

(Relatório nº 1243/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As manifestações do Responsável encontram-se às folhas 509 a 609 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável inicia suas alegações de defesa relatando que houve a substituição da empresa prestadora dos serviços de locação de software contábil nos exercícios de 2015 e 2016, fato este que ocasionou diversos transtornos nos sistemas informatizados utilizados pelo Município.

Relata a ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar não processados, os quais não foram ajustados nos cálculos realizados. Neste ponto, cabe destacar que os cancelamentos em questão se referem aos exercícios de 2011, 2012 e 2015. Desta forma, independentemente de ser cancelamento de restos a pagar processados ou não processados, sendo de exercícios anteriores, em 2016 já não estão sendo considerados na apuração visto que as obrigações financeiras apresentadas no cálculo pelo Tribunal de Contas se refere ao saldo em 31/12/2016.

Salienta-se, por oportuno que a metodologia de apuração do art. 42 da LRF está demonstrada no Capítulo 8 deste Relatório.

Destaca, também, que o Município possui uma situação patrimonial, financeira e orçamentária “elogiável”, visto que possui recursos em montante muito superior às suas obrigações pendentes e por ter visto cumpridos os limites constitucionais. Dentre os esforços da Administração Municipal buscando atingir o cumprimento dos ditames legais está o Decreto nº 1.737 de 01/06/2016, o qual contingencia a realização e empenhamento de despesas em 20% dos saldos orçamentários.

Entretanto, o Responsável apresenta os resultados de forma consolidada, sem ater-se às especificações das diferentes Fontes de Recursos. Essa consolidação das receitas, faz com que haja distorção da apuração realizada por Fonte de Recursos.

A LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (art. 1º, § 1º), o que impõem a necessidade de acompanhamento tanto das receitas quanto das obrigações financeiras, impondo por meio dos artigos 8º, parágrafo único e 50, I que seja realizado por meio de Fontes de Recursos.

A verificação do cumprimento/descumprimento do artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000 – LRF é realizada por especificações de Fontes de Recursos, ou seja, para cada código da Tabela de Destinação de Receita confronta-se a disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, de acordo com a metodologia aplicada, e apura-se a ocorrência de resultado superavitário ou deficitário para cada uma das Fontes de Recursos – FR.

A definição de quais códigos são destinados aos processos de vinculação entre a origem dos recursos e respectiva aplicação ou a livre alocação dos recursos vem sendo publicada pelo Tribunal de Contas ao longo dos anos e com a cobrança efetiva desde o exercício de 2011, seja por meio

de orientações, publicações, ciclos de estudos ou reuniões técnicas.

A Tabela de Destinação da Receita em vigor para o exercício de 2016, publicada no sítio deste Tribunal, apresenta as seguintes definições para as codificações ora questionadas:

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS Recursos oriundos de receitas ordinárias, ou seja, aquelas que ocorrem regularmente em cada período financeiro, e considerados de livre aplicação pelo ente.

01 - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO Recursos provenientes dos impostos municipais e as transferências de impostos do Estado e União aos Municípios, destinados à educação.

02 - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE Recursos provenientes dos impostos municipais e as transferências de impostos do Estado e União aos Municípios, destinados à saúde.

O Responsável salienta o valor de R\$ 3.787.177,43 relativo a compromissos assumidos pelas administrações anteriores, pleiteando que esses valores não façam parte do cálculo realizado. Todavia, importante destacar o que preceitua o parágrafo único do art. 42 da LRF:

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Assim, ante o acima disposto a apuração permanece inalterada, mantendo-se a restrição.

- 1.2.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 247.896,64**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 2.088.356,39) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 1.685.314,89) considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 155.144,86, em afronta ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Itens 3.1 e 4.2, Quadros 02 e 11 e item 9.1.2).

(Relatório nº 1243/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As manifestações do Responsável encontram-se às folhas 509 a 609 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável não refuta a divergência apontada, solicitando, entretanto, que o Controle Interno da atual gestão seja informado para que as correções necessárias sejam feitas no presente exercício.

Pela não alteração da impropriedade no exercício em análise, mantém-se a restrição.

- 1.2.1.3 Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro na Fonte de Recursos 02 com saldo devedor de R\$ 31.550,48 e Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor nas Fontes de Recursos (FR 06 – R\$ 145.840,36, FR 08 – R\$ 4.253,56, e FR 38 - R\$ 593.734,98), em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos e item 9.1.3).

(Relatório nº 1243/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As manifestações do Responsável encontram-se às folhas 509 a 609 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável remete suas alegações ao já apresentado no item 1.2.1.2. Desta forma, permanece a restrição para o exercício em análise.

- 1.2.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 9.1.4).

(Relatório nº 1243/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As manifestações do Responsável encontram-se às folhas 509 a 609 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

As alegações do Responsável são no sentido de que a deficiência apontada não compromete as contas anuais constantes do site municipal, bem como as informações encaminhadas ao Tribunal de Contas.

Argumenta ainda que referida impropriedade se deu por conta do sistema de informática utilizado pelo Município, registrando que esta situação também foi detectada em outras administrações municipais, tendo sido a questão resolvida com novo software no exercício de 2017.

Todavia, apesar da ciência pela Unidade da necessidade de disponibilização das informações referentes ao lançamento da receita, e a correção neste ano corrente, o apontamento permanece para o exercício de 2016.

1.2.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

1.2.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (Itens 6.2 e 9.2.1).

(Relatório nº 1243/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As manifestações do Responsável encontram-se às folhas 509 a 609 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

Com o intuito de sanar a restrição apontada, o Responsável encaminhou cópia da Ata nº 140 (fls. 563 a 568), assim como da Resolução nº 57 (fls. 569 a 570), onde consta a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde das contas relativas ao exercício de 2016.

Desta forma, desconsidera-se o presente apontamento.

1.2.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (Itens 6.6 e 9.2.2).

(Relatório nº 1243/2017, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

As manifestações do Responsável encontram-se às folhas 509 a 609 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável informa que o Conselho Municipal do Idoso se encontra desativado, sendo esta a causa da não existência de parecer. Todavia, o Município necessita ter ações relacionadas com a pessoa idosa entre suas atividades, não se admitindo a negligência de sua competência.

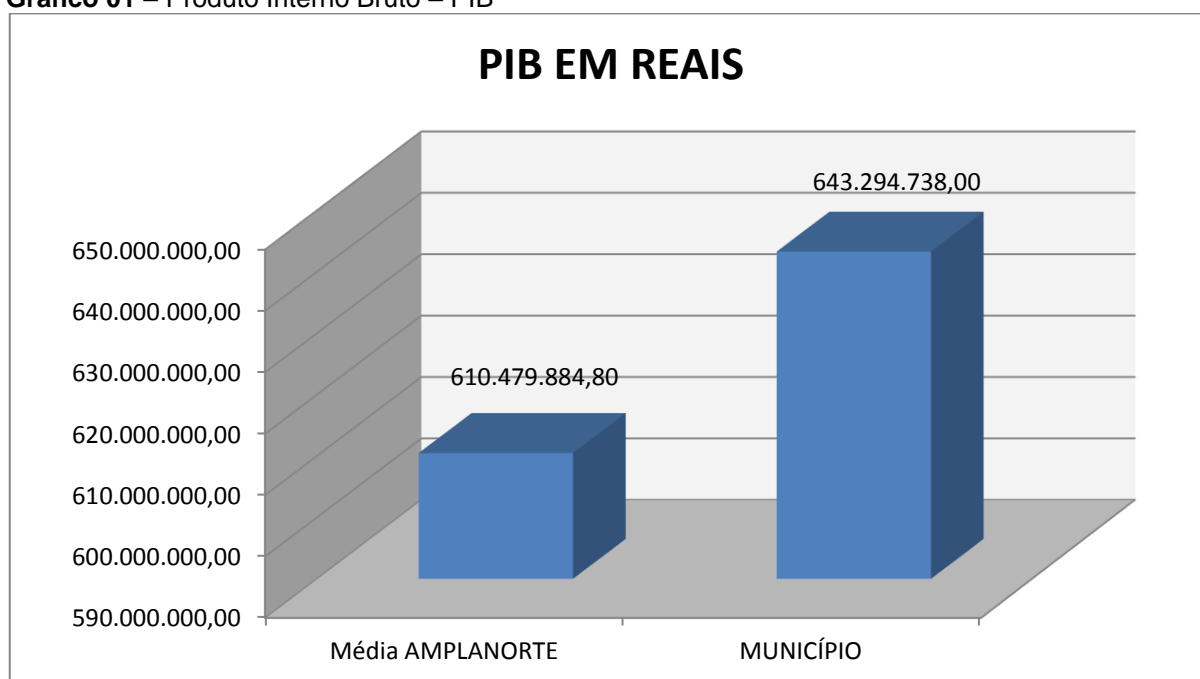
Desta forma, a não existência de um Conselho ativo, assim como de ações relacionadas com o idoso, não é justificativa plausível para se desconsiderar a presente restrição, sendo a mesma mantida em sua íntegra.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2016 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Itaiópolis tem uma população estimada em 21.385¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,71². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 643.294.738,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 30.431,65, considerando uma população estimada em 2014 de 21.139 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

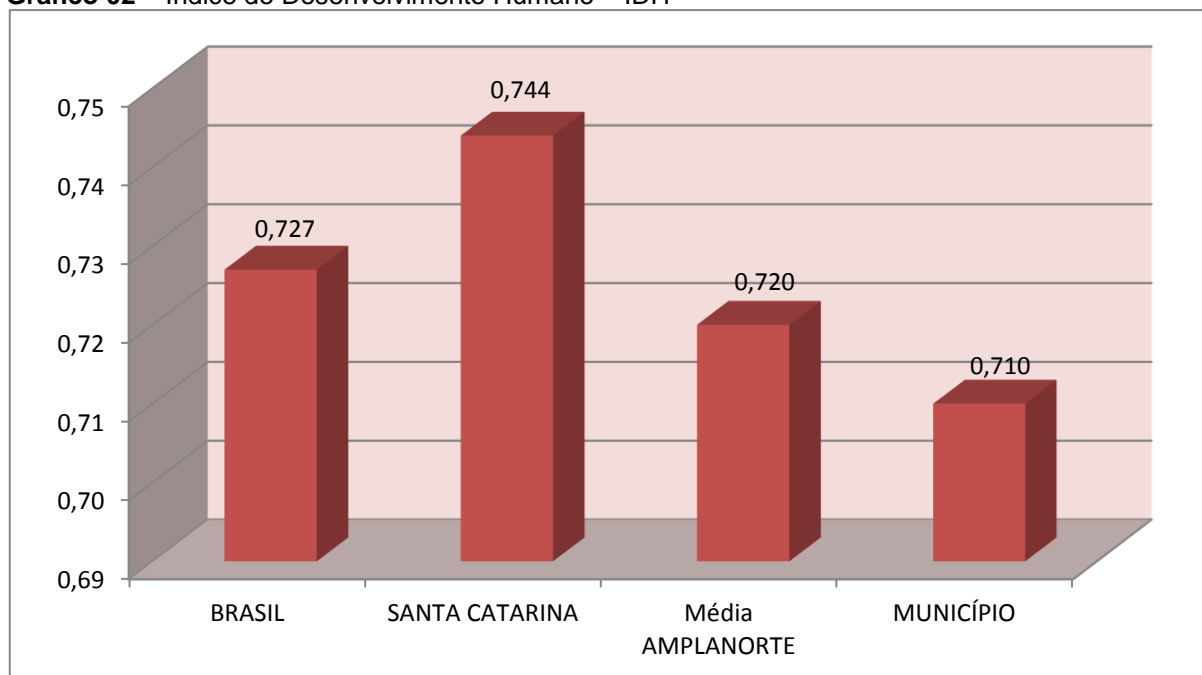
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Itaiópolis encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2016

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2014

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	547/2013	24/05/2013		64.343.343,00
LDO	676/2015	27/10/2015	DESPESA FIXADA	64.343.343,00
LOA	687/15	26/10/2015		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 7.278.029,97**, correspondendo a **12,14%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 7.278.029,97, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 383.210,88 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 6.894.819,09.

Excluindo o resultado orçamentário Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde, o Município apresentou Superávit de R\$ 1.685.314,89.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2016

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	64.343.343,00	59.929.462,06	93,14
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	74.755.277,96	52.651.432,09	70,43
Superávit de Execução Orçamentária		7.278.029,97	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde	Superávit excluído Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde
RECEITA	59.929.462,06	9.251.934,22	50.677.527,84
DESPESA	52.651.432,09	3.659.219,14	48.992.212,95
Resultado de Execução Orçamentária	7.278.029,97	5.592.715,08	1.685.314,89

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 247.896,64, entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde e o resultado da execução orçamentária ajustada sem Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde, considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 155.144,86, encontra-se anotada no item Restrições, deste Relatório.

Obs.: A receita no montante de R\$ 9.251.934,22, assim como a despesa no montante de R\$ 3.659.219,14, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

*Obs.: A Unidade realizou despesas no montante de R\$ 999.124,00 contabilizadas na Reserva de Contingência (fls. 417/418). Todavia, destaca-se que a execução orçamentária não pode ser

realizada através da Reserva de Contingência e sim nas funções adequadas à espécie de despesa.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Itaiópolis nos últimos 5 anos:

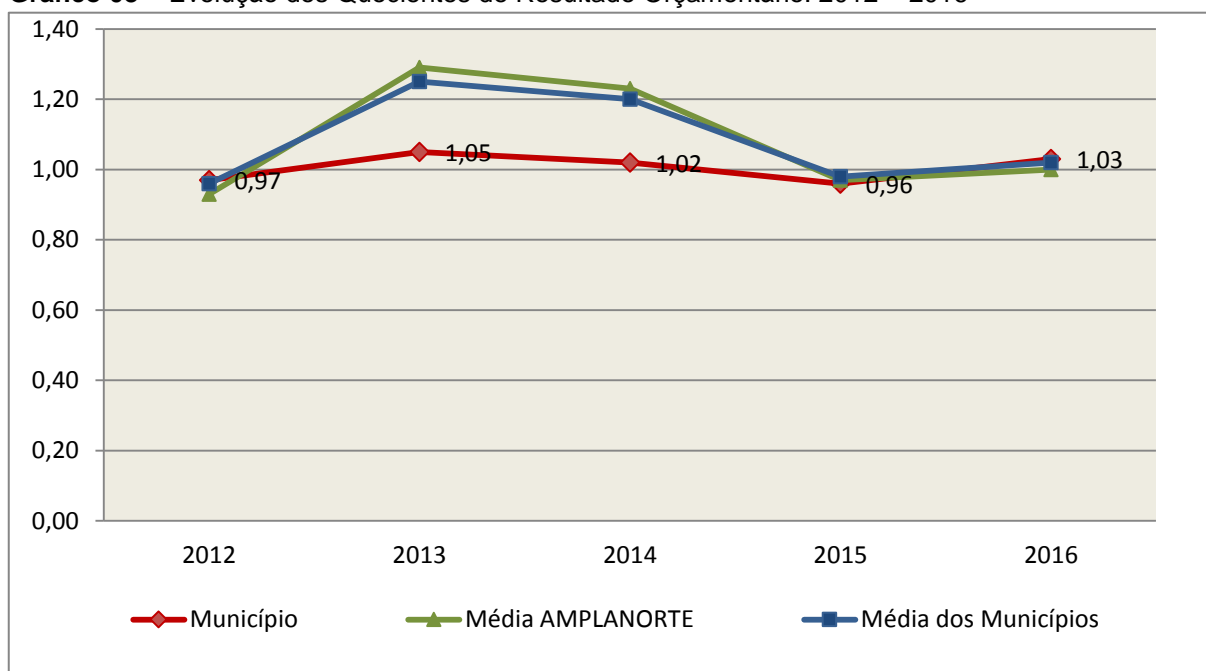
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2012-2016

ITENS / ANO		2012	2013	2014	2015	2016
1	Receita realizada	36.787.129,98	38.684.968,74	43.672.387,74	46.635.972,61	50.677.527,84
2	Despesa executada	37.856.630,25	36.753.476,24	42.796.378,96	48.399.652,66	48.992.212,95
QUOCIENTE		2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Orçamentário (1÷2)		0,97	1,05	1,02	0,96	1,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 59.929.462,06**, equivalendo a **93,14%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

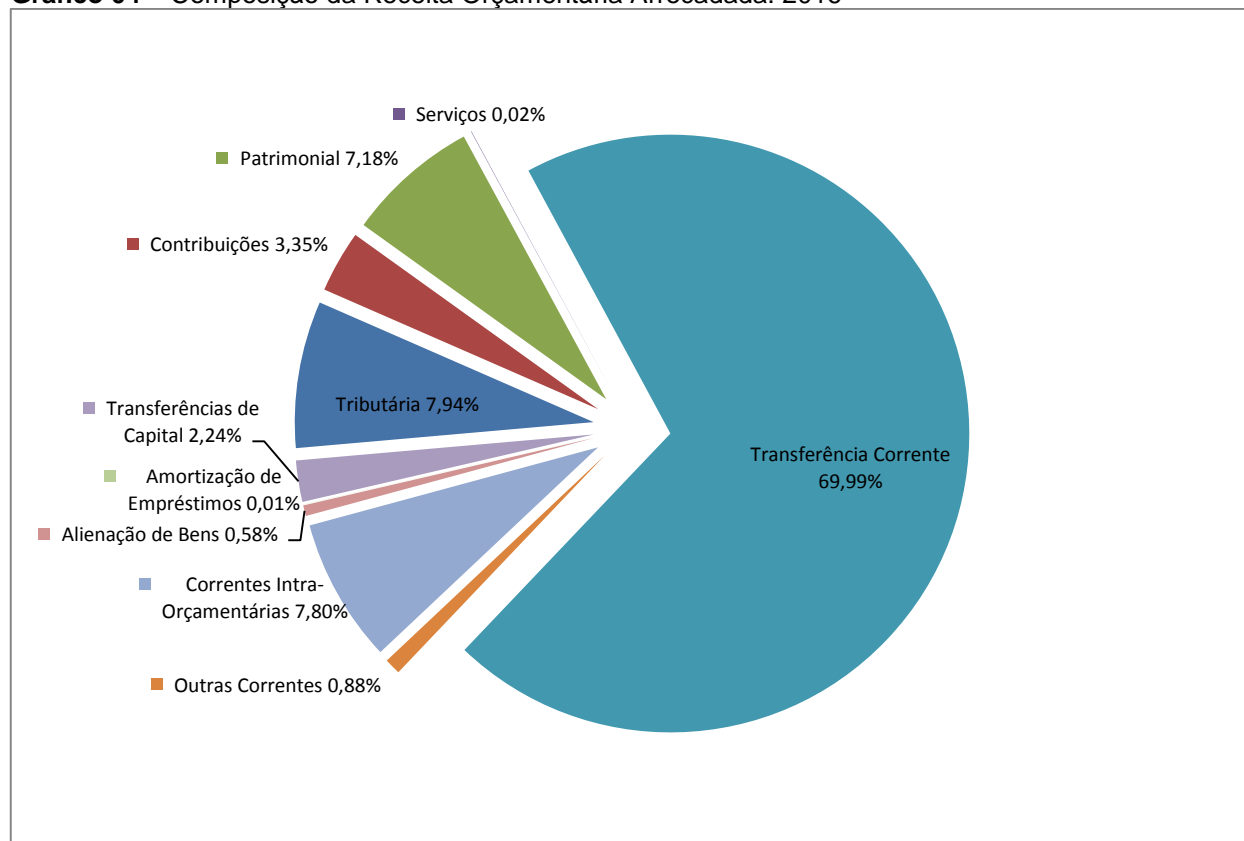
Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2016

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	6.541.068,00	4.760.237,60	72,77
Receita de Contribuições	1.885.800,00	2.009.479,62	106,56
Receita Patrimonial	2.235.145,00	4.305.602,83	192,63
Receita de Serviços	152.101,00	14.653,50	9,63
Transferências Correntes	43.660.128,00	41.945.422,70	96,07

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Outras Receitas Correntes	2.183.781,00	525.743,23	24,07
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	3.626.800,00	4.677.311,62	128,97
RECEITA CORRENTE	60.284.823,00	58.238.451,10	96,61
Operações de Crédito	2.000.000,00	-	-
Alienação de Bens	414.072,00	346.701,00	83,73
Amortização de Empréstimos	45.220,00	4.861,45	10,75
Transferências de Capital	1.599.228,00	1.339.448,51	83,76
RECEITA DE CAPITAL	4.058.520,00	1.691.010,96	41,67
TOTAL DA RECEITA	64.343.343,00	59.929.462,06	93,14

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2016

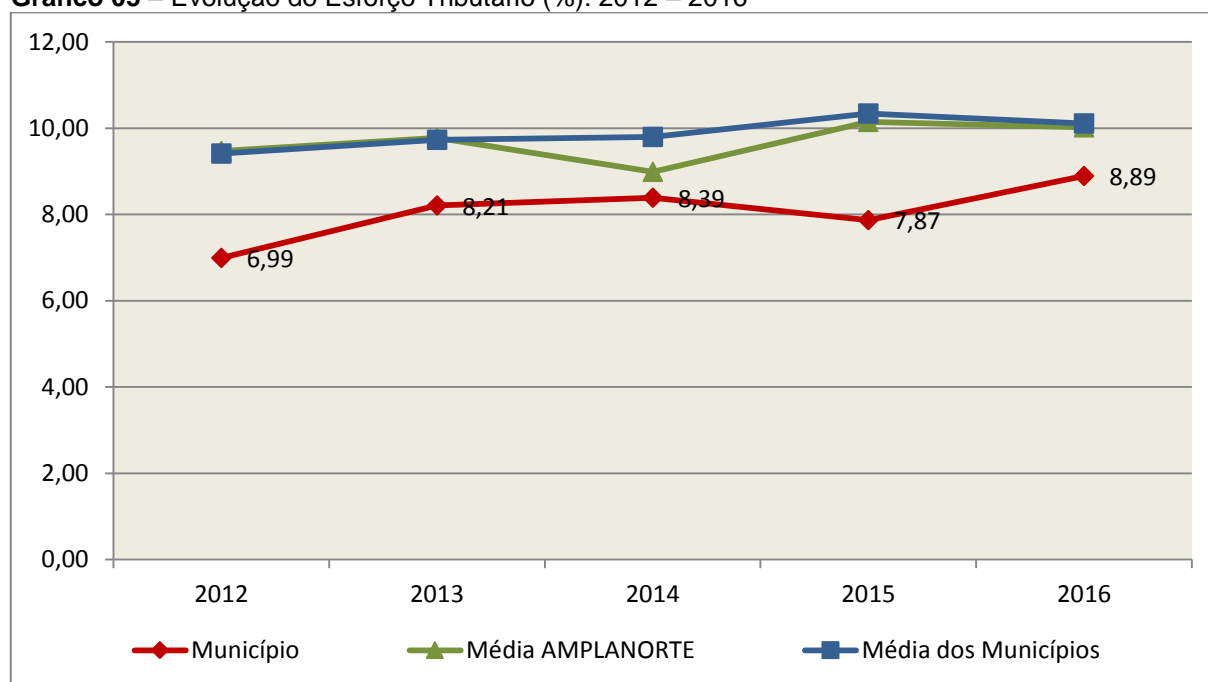


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **69,99%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2012 – 2016

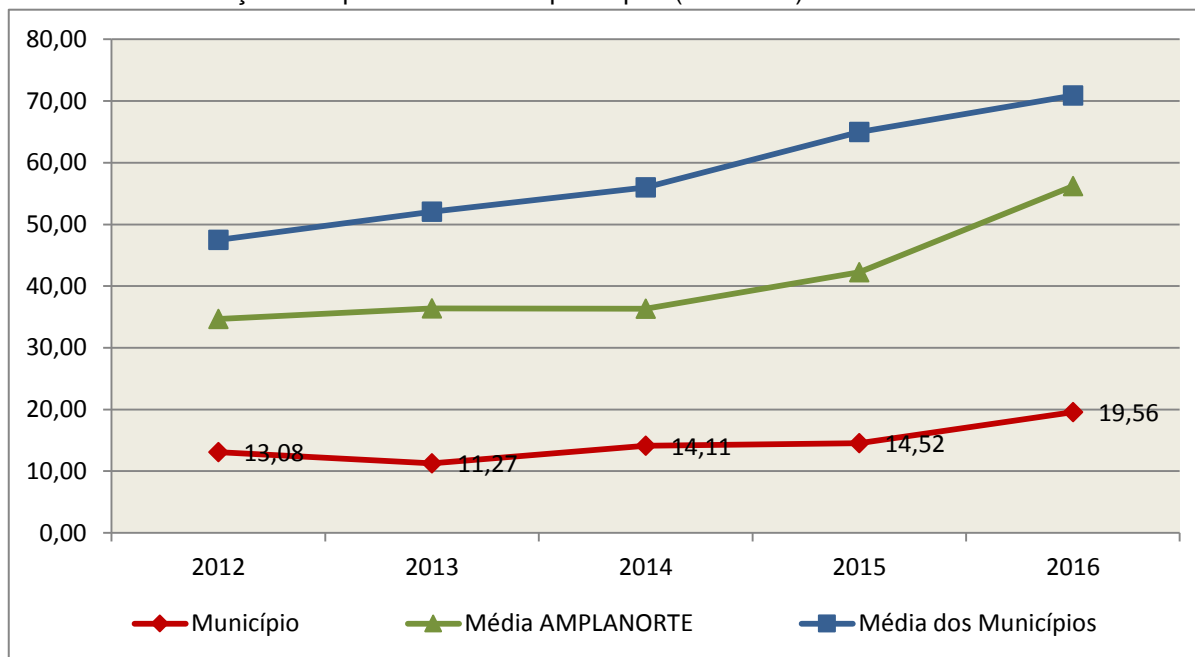


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

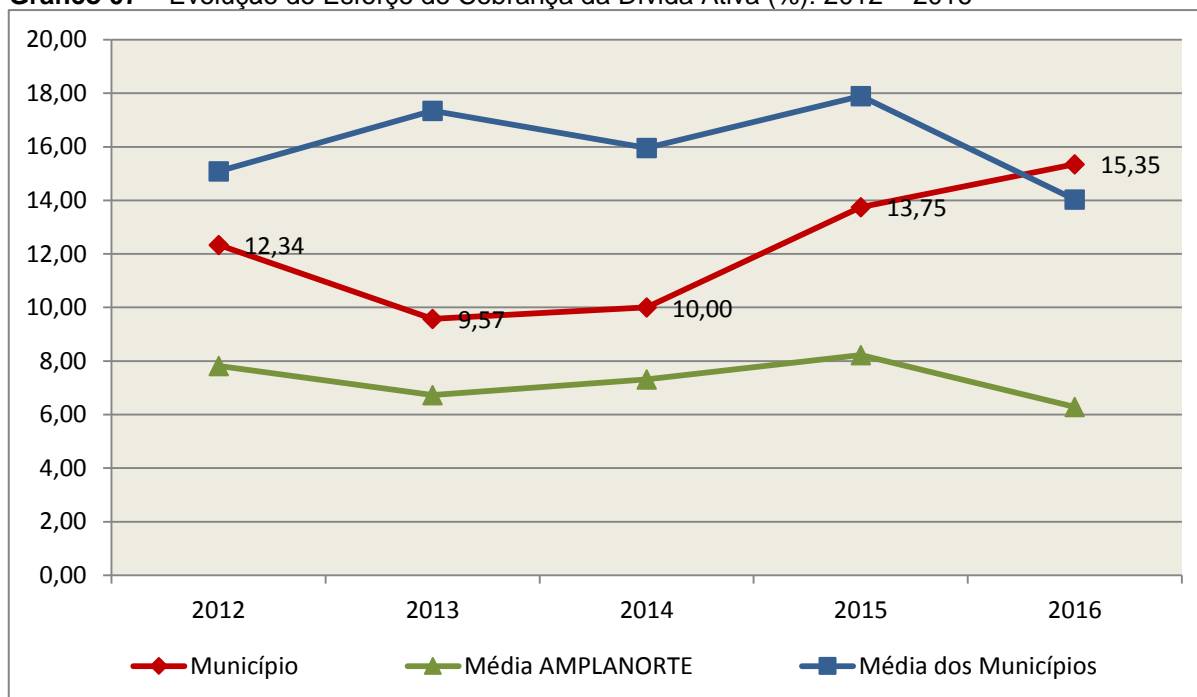
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2016

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
1.397.773,07	1.013.101,03	214.614,11	877.363,55	1.318.896,44

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	2.190.000,00	1.160.502,57	52,99
04-Administração	5.638.379,00	4.731.751,45	83,92
06-Segurança Pública	199.900,00	59.579,73	29,80
08-Assistência Social	1.771.280,38	850.742,18	48,03
09-Previdência Social	6.103.530,00	3.659.219,14	59,95
10-Saúde	19.863.611,96	16.962.406,63	85,39
12-Educação	20.425.194,96	17.326.830,56	84,83
13-Cultura	719.039,58	271.401,78	37,75
15-Urbanismo	3.746.651,08	1.433.104,21	38,25
16-Habitação	133.220,00	-	-
17-Saneamento	70.000,00	-	-
18-Gestão Ambiental	1.420.000,00	835.005,69	58,80
20-Agricultura	2.959.250,00	1.463.748,81	49,46

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
22-Indústria	61.000,00	-	-
23-Comércio e Serviços	596.000,00	579.168,30	97,18
24-Comunicações	15.000,00	-	-
25-Energia	807.100,00	658.485,50	81,59
26-Transporte	4.975.556,00	1.824.761,17	36,67
27-Desporto e Lazer	790.750,00	243.600,37	30,81
28-Encargos Especiais	-	591.124,00	-
99-Reserva de Contingência	2.269.815,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	74.755.277,96	52.651.432,09	70,43

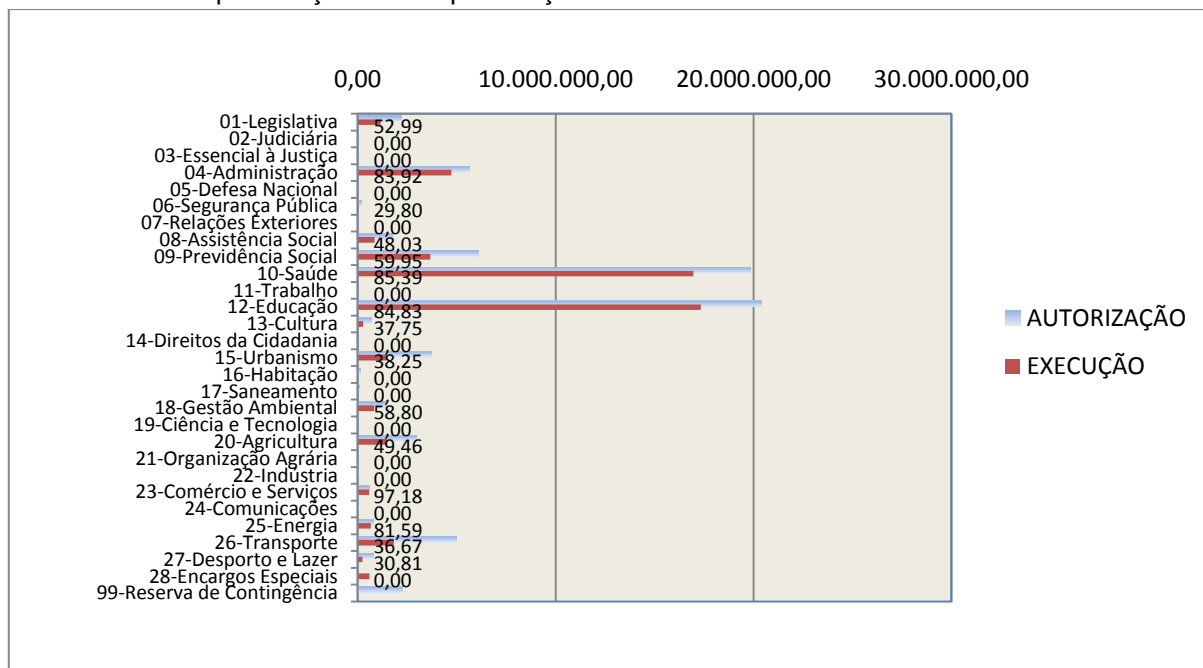
Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Obs.: A Unidade realizou despesas no montante de R\$ 999.124,00 contabilizadas na Reserva de Contingência (fls. 417/418). Todavia, destaca-se que a execução orçamentária não pode ser realizada através da Reserva de Contingência e sim nas funções adequadas à espécie de despesa.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2016



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2012 – 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
01-Legislativa	1.036.099,18	936.936,42	1.069.214,03	1.013.853,07	1.160.502,57
04-Administração	2.678.481,42	2.491.107,03	3.141.690,81	3.730.184,52	4.731.751,45
06-Segurança Pública	65.271,78	53.448,53	78.448,91	91.616,77	59.579,73
08-Assistência Social	646.191,21	682.981,06	625.726,92	638.910,90	850.742,18
09-Previdência Social	1.764.877,25	2.004.782,45	2.361.575,11	3.216.133,78	3.659.219,14
10-Saúde	11.230.896,09	13.770.148,53	15.758.190,88	15.443.083,06	16.962.406,63
12-Educação	13.158.909,97	12.083.331,93	13.886.804,23	16.513.430,91	17.326.830,56
13-Cultura	493.701,09	297.269,75	203.096,56	198.961,14	271.401,78
15-Urbanismo	434.250,93	1.238.371,70	1.522.557,26	1.755.377,79	1.433.104,21
16-Habitação	-	-	7.990,00	-	-
18-Gestão Ambiental	777.883,25	798.608,00	828.099,80	865.547,84	835.005,69
20-Agricultura	860.599,94	607.762,98	1.249.947,51	1.160.717,05	1.463.748,81
22-Indústria	-	-	167,68	-	-
23-Comércio e Serviços	14.770,18	30.215,20	35.464,88	145.887,78	579.168,30
25-Energia	392.160,82	385.160,86	411.711,45	704.333,78	658.485,50
26-Transporte	4.612.157,57	2.638.067,53	3.284.024,37	4.441.878,86	1.824.761,17
27-Desporto e Lazer	401.799,24	375.277,55	343.243,67	340.519,13	243.600,37
28-Encargos Especiais	1.070.311,07	364.789,17	350.000,00	1.355.350,06	591.124,00
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	39.638.360,99	38.758.258,69	45.157.954,07	51.615.786,44	52.651.432,09

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Obs.: A Unidade realizou despesas no montante de R\$ 999.124,00 contabilizadas na Reserva de Contingência (fls. 417/418). Todavia, destaca-se que a execução orçamentária não pode ser realizada através da Reserva de Contingência e sim nas funções adequadas à espécie de despesa.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2016

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	418.287,12	1,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.000.700,90	5,66
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	962.758,87	2,72
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	629.821,94	1,78

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota do ICMS	14.878.833,08	42,08
Cota-Parte do IPVA	1.520.363,40	4,30
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	212.594,99	0,60
Cota-Parte do FPM	13.443.803,91	38,02
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	397.758,85	1,12
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	594.371,28	1,68
Cota do ITR	91.677,11	0,26
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	59.347,68	0,17
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	110.657,15	0,31
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	40.835,75	0,12
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	35.361.812,03	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	397.758,85	
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	594.371,28	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	34.369.681,90	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2016

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	59.602.460,94
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	6.041.321,46
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	1.333.093,53
(-) Contribuição Patronal para custeio do Regime Próprio de Previdência	9.636,84
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	52.218.409,11

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Itaiópolis (em Reais): 2016

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE	23.175.116,95	27.338.220,26	PASSIVO CIRCULANTE	3.129.934,31	445.425,76
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	22.757.196,90	26.890.823,50	Obrigações Trabalhistas, Prev Curto Prazo	1.867.771,65	33.843,27
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	282.026,34	310.531,15	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	247.896,64	-
Créditos Tributários a Receber	-	63.000,37	Fornecedores e Contas a Pag	378.886,10	116.315,52
Dívida Ativa Tributária	281.901,99	247.407,14	Demais Obrigações a Curto Prazo	613.465,30	295.266,97
Dívida Ativa Não Tributária	124,35	123,64			
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	35.470,08	35.470,08			
<u>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</u>	61.617,45	61.617,45			
Títulos e valores mobiliários	61.617,45	61.617,45			
<u>Estoques</u>	1.120,50	1.120,50			
<u>Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</u>	37.685,68	38.657,58			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.849.197,45	35.920.556,31	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	18.408.294,21	27.320.695,08
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	979.604,87	11.511.984,20	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	4.079.208,22	3.787.177,43
Créditos a Longo Prazo	977.791,66	11.510.170,99	Provisões a Longo Prazo	14.329.085,99	23.533.517,65
Créditos Tributários a Receber	-	10.576.760,40	Provisões Matemáticas Previdenciárias	14.329.085,99	23.533.517,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	30.000,00	30.000,00			
Dívida Ativa Tributária	1.115.746,73	1.071.365,66			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-167.955,07	-167.955,07			
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	1.813,21	1.813,21	TOTAL DO PASSIVO	21.538.228,52	27.766.120,84
<u>Imobilizado</u>	21.869.592,58	24.408.572,11			
Bens Móveis	13.243.120,34	14.226.998,42			
(-) Depreciação, exaustão e	-2.054.499,95	-2.054.499,95			

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
amortizações acumuladas - Bens Móveis)					
Bens Imóveis	10.680.972,19	12.236.073,64	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.486.085,88	35.492.655,73
			Patrimônio Social e Capital Social	22.687.274,56	22.687.274,56
			Resultados Acumulados	1.798.811,32	12.805.381,17
			Resultado do Exercício	49.664,96	11.006.569,85
			Resultado de Exercícios Anteriores	1.749.146,36	1.798.811,32
TOTAL	46.024.314,40	63.258.776,57	TOTAL	46.024.314,40	63.258.776,57

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 3.270.951,56** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,35** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 2.088.356,39** passando de um Superávit de R\$ 1.182.595,17 para um Superávit de **R\$ 3.270.951,56**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 1.856.710,40**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2015 - 2016

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	22.791.973,33	26.925.599,93	4.133.626,60
Passivo Financeiro	4.278.302,00	1.875.150,90	-2.403.151,10
Saldo Patrimonial Financeiro	18.513.671,33	25.050.449,03	6.536.777,70

Ativo Financeiro do Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde	17.448.141,83	21.897.265,02	4.449.123,19
Passivo Financeiro do Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde	117.065,67	117.767,55	701,88
Saldo Patrimonial Financeiro s/ Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde	1.182.595,17	3.270.951,56	2.088.356,39

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: No tocante ao Ativo Financeiro no montante de R\$ 21.897.265,02, o valor de R\$ 1.176,71 se refere ao Ativo, sem ajuste Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde. No que tange ao Passivo Financeiro no montante de R\$ 117.767,55, o valor de R\$ 2.255,41 se refere ao Passivo, sem ajuste Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 247.896,64, entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde e o resultado da execução orçamentária ajustada sem Instituto Municipal de Seguridade Social e Fundo Municipal Complementar de Assistência à Saúde, considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 155.144,86, encontra-se anotada no item Restrições, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de

consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Itaiópolis, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11 - A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	31.500,00	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	2.418.267,50	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	3.786.246,00	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	-154.481,31	DÉFICIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	37.055,62	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-48.625,31	DÉFICIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 6.318,80	0,00	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ -6.318,80		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	194.750,64	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	462.357,36	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	46.502,97	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	0,00	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	404.624,17	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	57.579,42	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	-682.873,61	DÉFICIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	1.320.418,32	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	15.026,19	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	90.182,15	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	7.978.530,11	
00 - Recursos Ordinários	-4.707.578,55	DÉFICIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-4.707.578,55	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades da Câmara Municipal e Fundação Hospitalar foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2012 – 2016

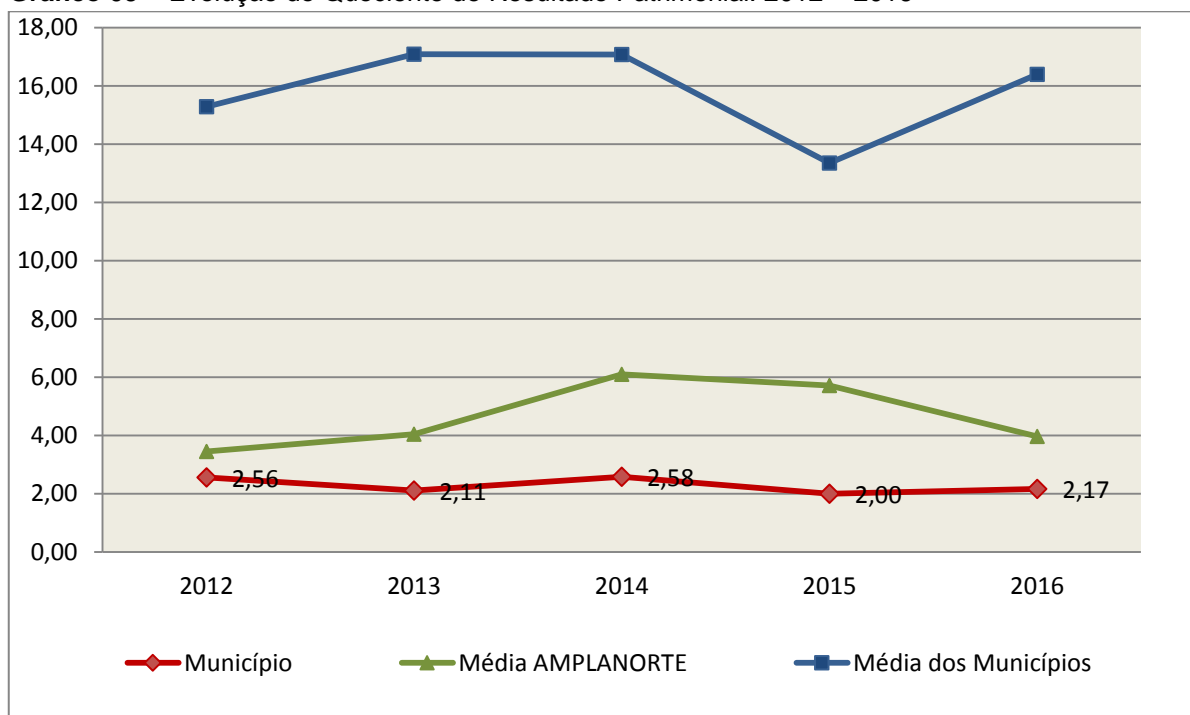
ITENS / ANO	2012	2013	2014	2015	2016
1 Despesa Executada	39.638.360,99	38.758.258,69	45.157.954,07	51.615.786,44	52.651.432,09
2 Restos a Pagar	3.883.303,66	4.186.181,27	4.116.364,66	3.417.147,64	1.580.207,93
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS	3.415.274,84	5.634.192,85	6.465.545,01	5.343.831,50	5.028.334,91
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS	4.897.985,22	5.200.757,05	5.156.100,43	4.161.236,33	1.757.383,35
5 Ativo Real	32.877.487,14	36.221.428,60	42.173.637,69	46.024.314,40	63.258.776,57
6 Passivo Real	12.853.625,17	17.196.672,27	16.362.112,62	22.985.689,42	29.195.845,98
QUOCIENTES	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Patrimonial (5÷6)	2,56	2,11	2,58	2,00	2,17
Situação Financeira (3÷4)	0,70	1,08	1,25	1,28	2,86
Restos a Pagar (2÷1)*100	9,80	10,80	9,12	6,62	3,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2012 – 2016



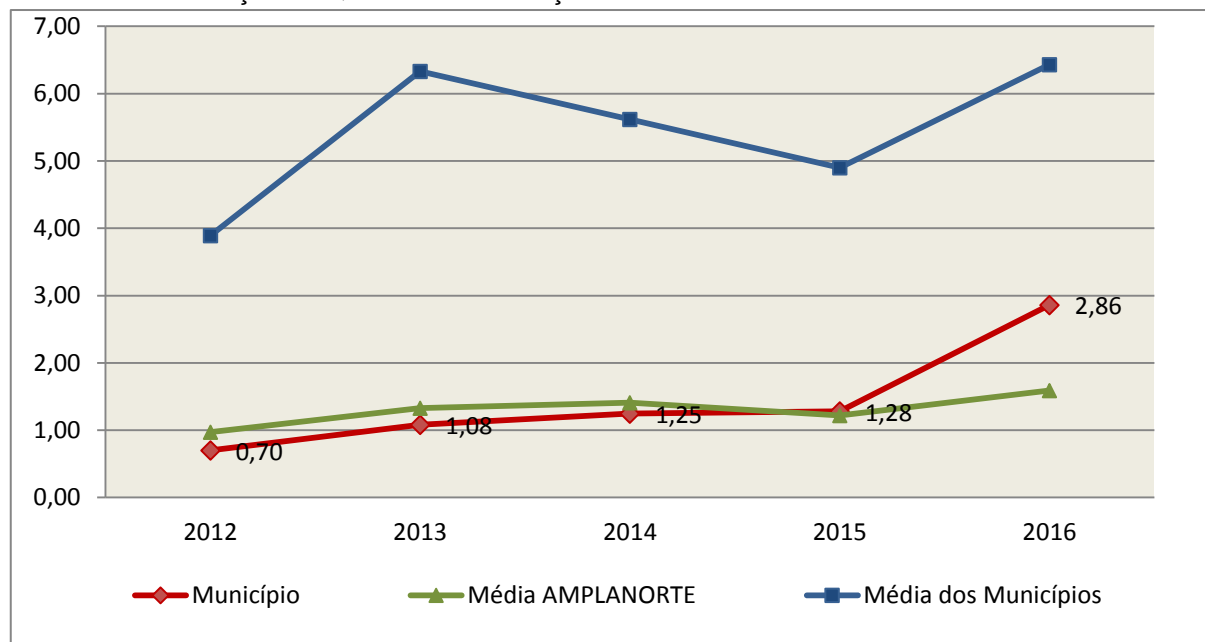
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2016 o Ativo Real apresenta-se **2,17** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

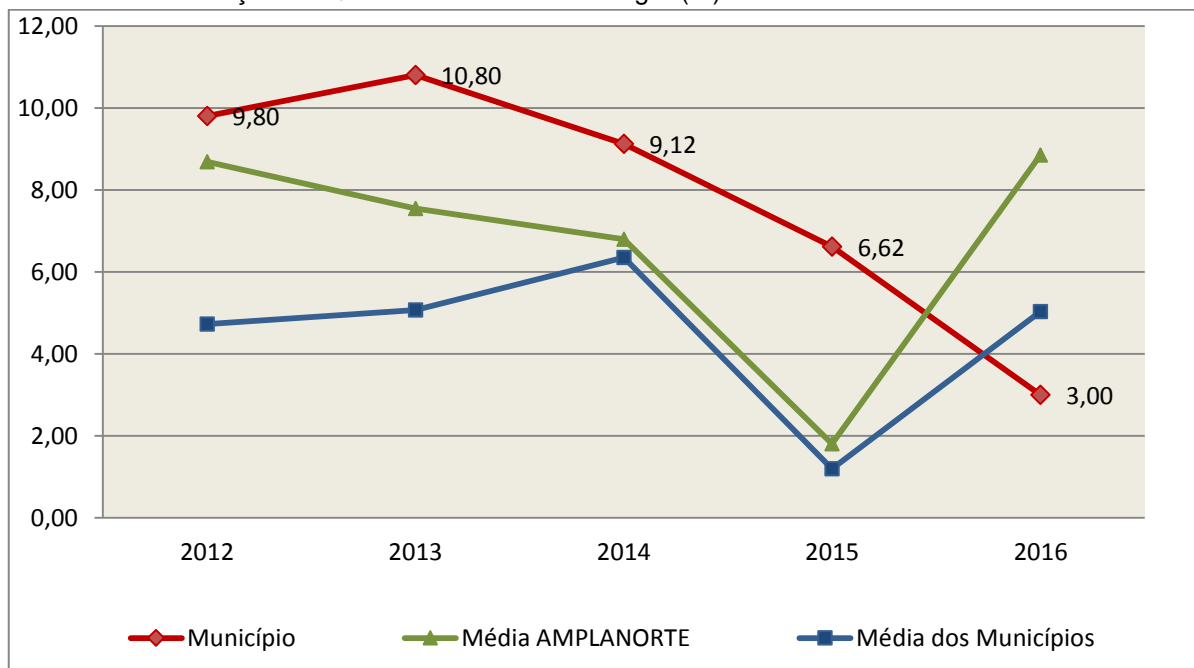
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2016 o Ativo Financeiro representa **2,86** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Itaiópolis é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,00%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência

O Regime Próprio de Previdência de Itaiópolis, gerido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaiópolis - IPMI, constituído sob a forma de AUTARQUIA, apresentou o Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2016, com data-base em 31/12/2015, com os seguintes resultados:

ITAIÓPOLIS	2016
Nº Servidores ativos	404
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	143
TOTAL	547
Resultados	Consolidado
Patrimônio Atual	23.533.517,65

(+) Receitas Futuras Projetadas ⁴	28.795.769,73
(-) Benefícios Futuros Projetados ⁵	101.073.891,65
Resultado Atuarial	(48.744.604,27)

De forma comparativa aos exercícios anteriores, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Patrimônio Atual	11.160.341,76	14.329.085,99	23.533.517,65
(+) Receitas Futuras Projetadas ¹	6.721.221,13	27.322.016,34	28.795.769,73
(-) Benefícios Futuros Projetados ²	50.474.342,44	82.056.469,93	101.073.891,65
Resultado Atuarial	(32.592.779,55)	(40.405.367,60)	(48.744.604,27)

Segundo dados apresentados no relatório do atuário, Sr. Francisco Humberto Simões Magro (MIBA nº 0494), constata-se que a situação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Itaiópolis é de **Desequilíbrio** nos três últimos exercícios, tendo sido apontado Déficit Atuarial no Relatório de Avaliação Atuarial de 2016, com data base em 31/12/2015, no valor de R\$ 48.744.604,27, o que indica que em 2016 as obrigações futuras do RPPS estavam descobertas pelo rol de ativos no montante indicado.

Por estas razões, deve o gestor do Município de Itaiópolis manifestar-se acerca de quais medidas foram adotadas no exercício de 2016 no intuito de sanar, ou ao menos combater o déficit atuarial encontrado, sempre na busca do reequilíbrio atuarial de seu regime próprio de previdência, conduta que lhe é exigível ante ao ordenamento pátrio.

Considerando a situação supracitada, foi enviado à Prefeitura Municipal de Indaial o Ofício Circular TCE/DMU nº 3.748/2017, para que o Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestasse acerca das medidas adotadas durante o exercício sob análise com vistas à busca do reequilíbrio atuarial de seu Regime Próprio de Previdência.

Em manifestação protocolada neste Tribunal sob o nº 9.295/2017, em 27/04/17, através da sala virtual deste Tribunal, o Prefeito Municipal informou a adoção de estudos com vistas à doação de imóveis para combater o déficit atuarial, a conversão da alíquota suplementar em aporte e a situação funcional de alguns servidores, tudo para combater o déficit atuarial.

⁴O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das receitas de contribuição dos servidores, receitas de contribuição da quota patronal e, dependendo da Unidade, das receitas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV, amortização de dívidas das contribuições passadas e das alíquotas suplementares e/ou aportes de caixa.

⁵O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das despesas de benefício concedido, despesas de benefício a conceder e, dependendo da Unidade, das despesas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV.

Apesar das alegações perpetradas, não logrou êxito em comprovar a adoção de um plano de amortização, ainda no exercício de 2016, para se adequar ao crescente passivo atuarial apresentado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2016. Limitou-se apenas a relatar alegações e tratativas, não aduzindo de concreto.

Considerando o teor dos documentos e da legislação vigente, e na ausência de outras informações pertinentes, entende-se que o Município de Itaiópolis não adotou as medidas necessárias na busca de reequilibrar o seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2016 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 10.184.294,38** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **29,63%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 5.028.842,09**, representando **14,63%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	34.369.681,90	100,00

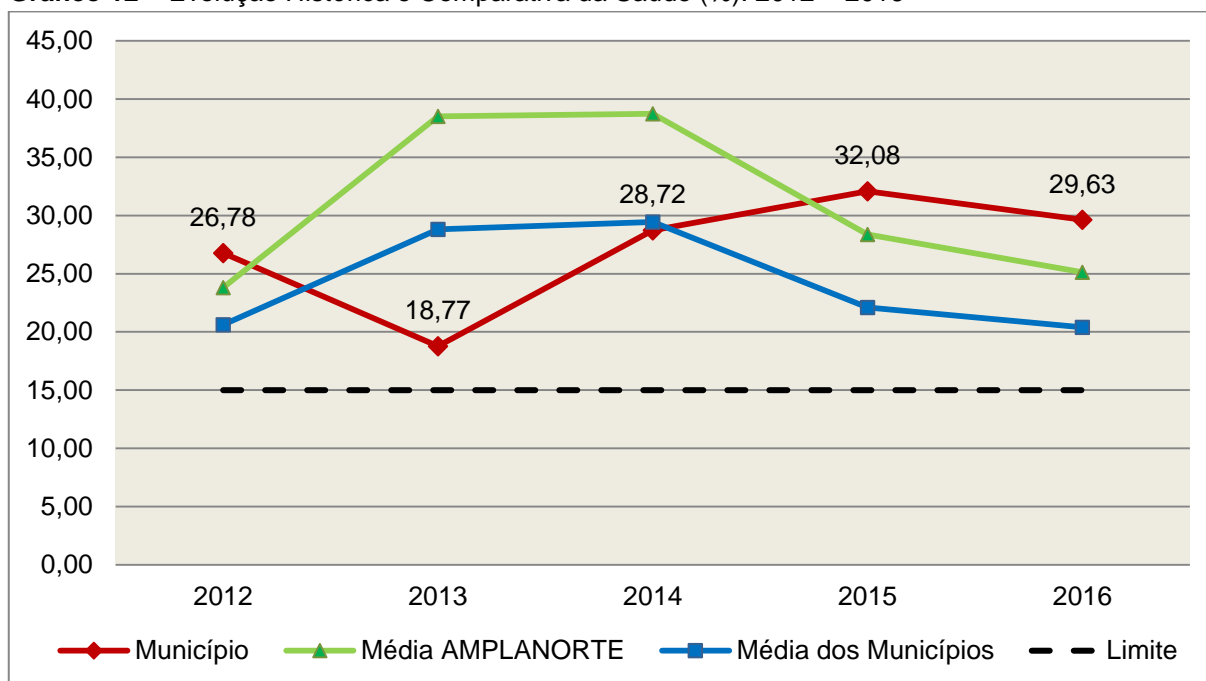
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	16.962.406,63	49,35
Atenção Básica	11.885.357,24	34,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.757.353,90	13,84
Vigilância Sanitária	228.683,91	0,67
Vigilância Epidemiológica	91.011,58	0,26
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	6.778.112,25	19,72
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	10.184.294,38	29,63
Valor Mínimo a ser Aplicado	5.155.452,29	15,00
Valor Acima do Limite	5.028.842,09	14,63

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Itaiópolis em 2016 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2016) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 10.651.077,77** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **30,12%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.810.624,76**, representando **5,12%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2016

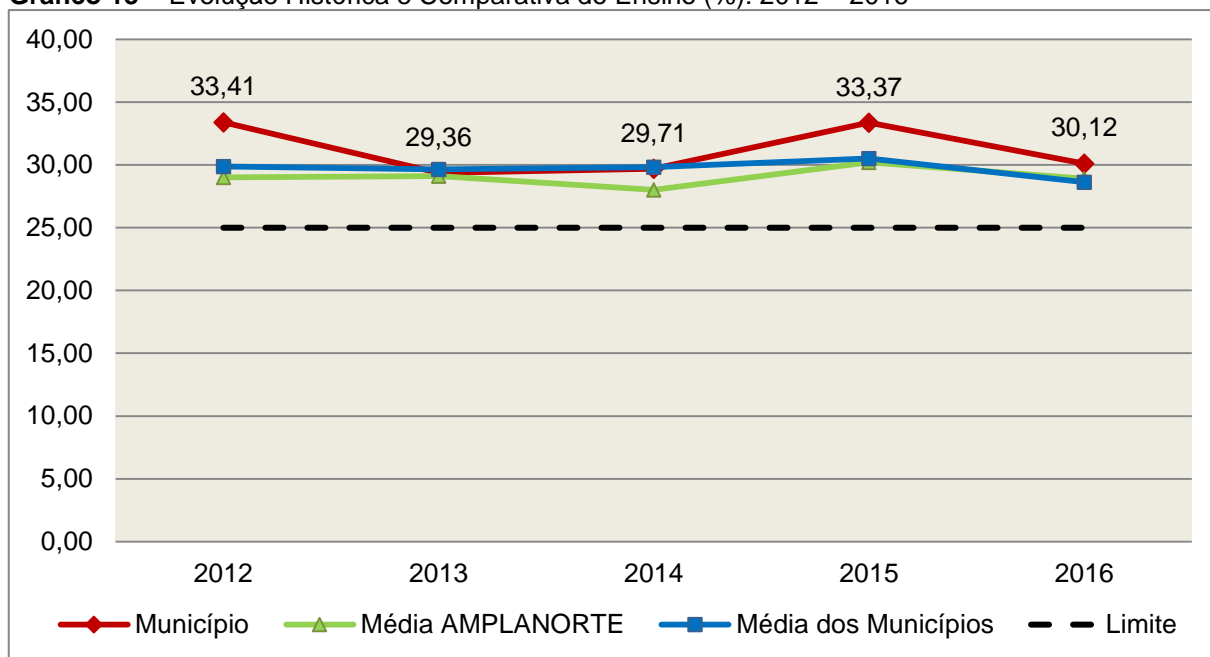
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	35.361.812,03	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	6.067.560,77	17,16
Educação Infantil	6.067.560,77	17,16
Valor Aplicado Ensino Fundamental	10.798.142,55	30,54
Ensino Fundamental	10.798.142,55	30,54
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	6.214.625,55	17,57
Total das Despesas para efeito de Cálculo	10.651.077,77	30,12
Valor Mínimo a ser Aplicado	8.840.453,01	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	1.810.624,76	5,12

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Itaiópolis em 2016 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 7.257.241,10**, equivalendo a **80,17%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

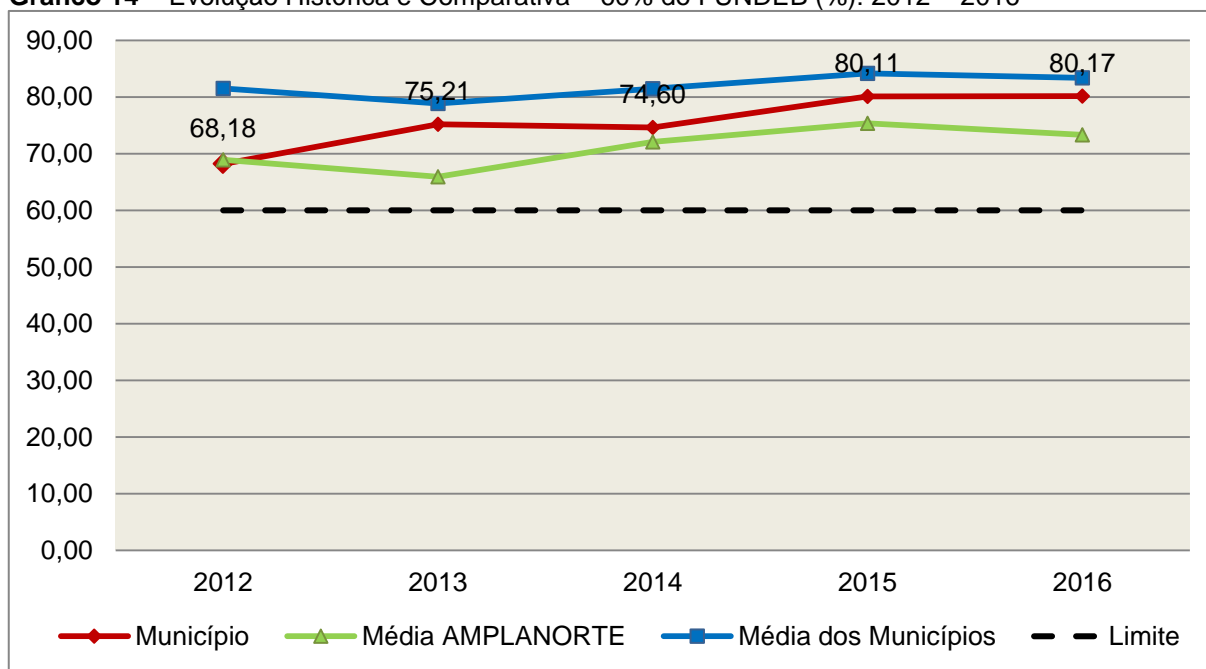
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	8.927.754,36
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	124.546,11
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	9.052.300,47
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	5.431.380,28
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	7.257.241,10
Valor Acima do Limite	1.825.860,82

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 8.979.096,09**, equivalendo a **99,19%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2016

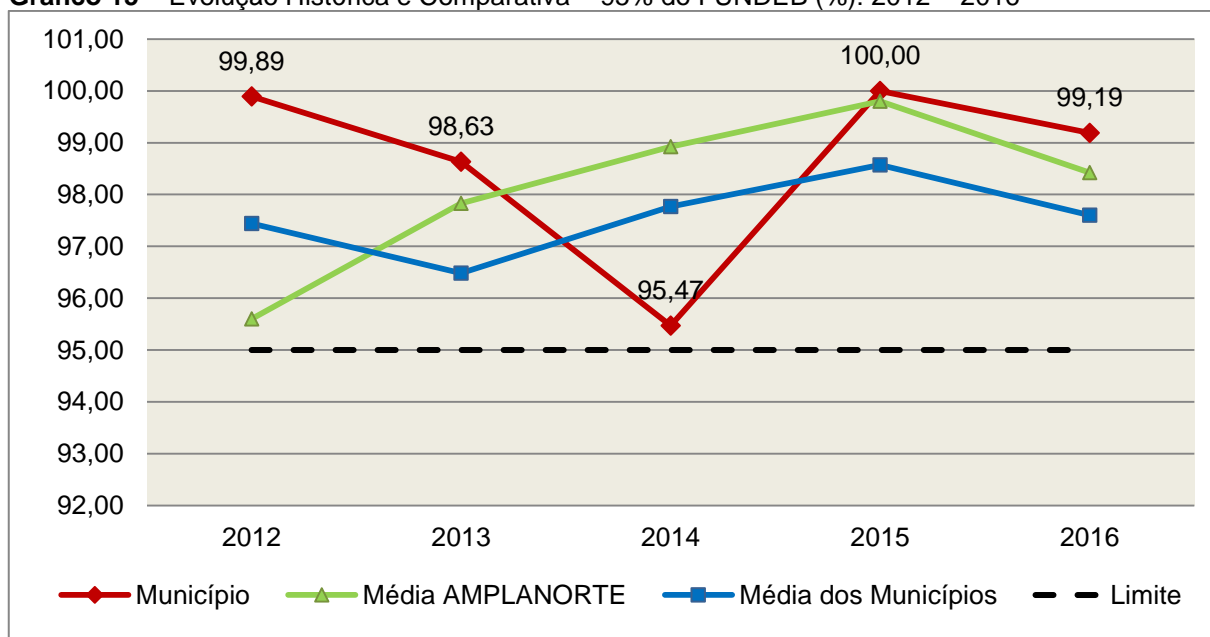
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	9.052.300,47
95% dos Recursos do FUNDEB	8.599.685,45
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	8.979.096,09
Valor Acima do Limite	379.410,64

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Itaiópolis reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2015 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2016: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	215.056,66
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	215.056,66
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	52.218.409,11	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	31.331.045,47	60,00

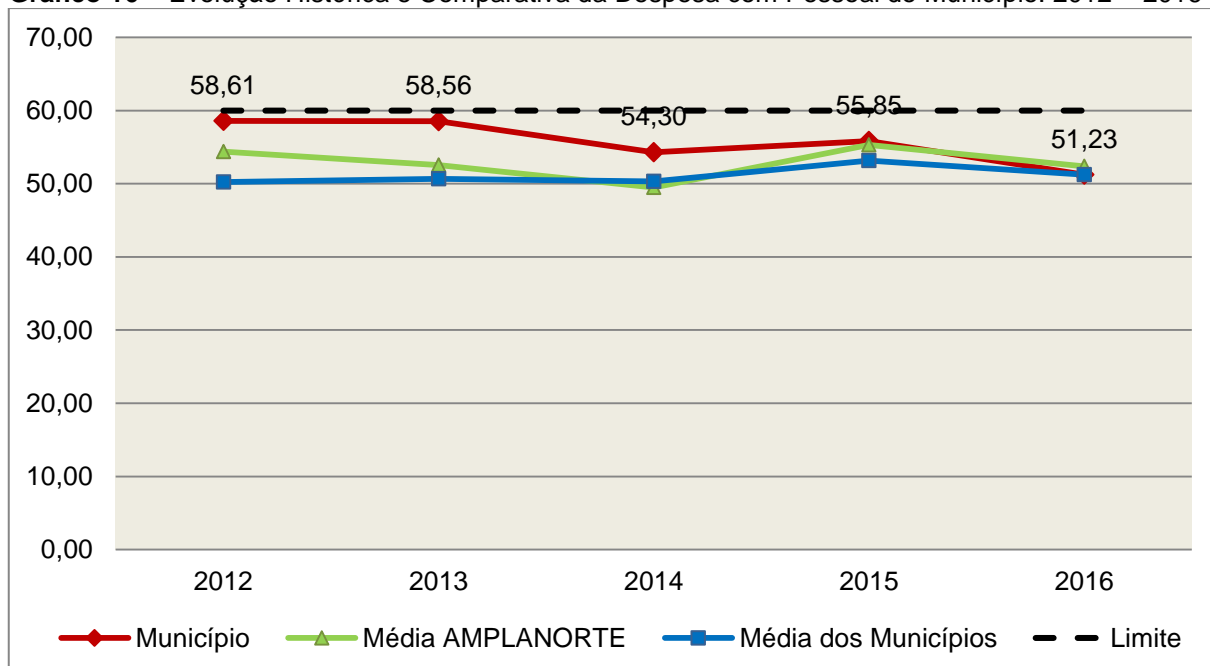
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	25.720.855,17	49,26
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.028.426,27	1,97
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	26.749.281,44	51,23
Valor Abaixo do Limite (60%)	4.581.764,03	8,77

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **51,23%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Itaiópolis, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	52.218.409,11	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	28.197.940,92	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	27.464.694,89	52,60
Pessoal e Encargos*	27.234.094,42	52,15
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (fls. 422/427)	230.600,47	0,44
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**	1.743.839,72	3,34
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	25.720.855,17	49,26
Valor Abaixo do Limite (54%)	2.477.085,75	4,74

Fonte: * Sistema e-Sfinge/6º Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

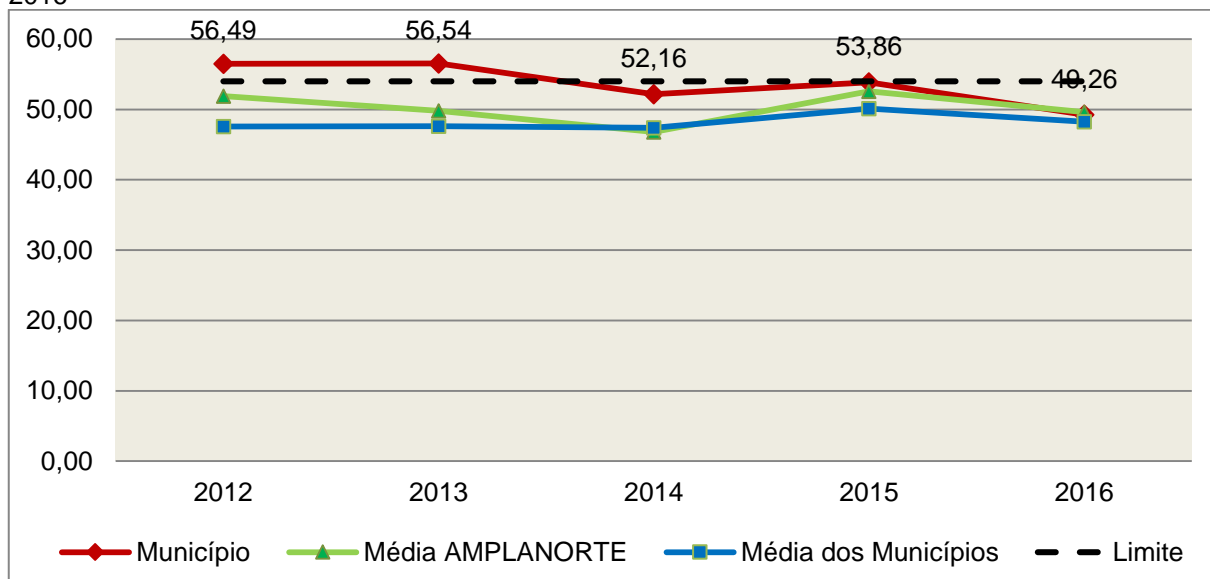
**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **49,26%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

6 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	52.218.409,11	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.133.104,55	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.038.151,11	1,99
Pessoal e Encargos*	1.038.151,11	1,99
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	9.724,84	0,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.028.426,27	1,97
Valor Abaixo do Limite (6%)	2.104.678,28	4,03

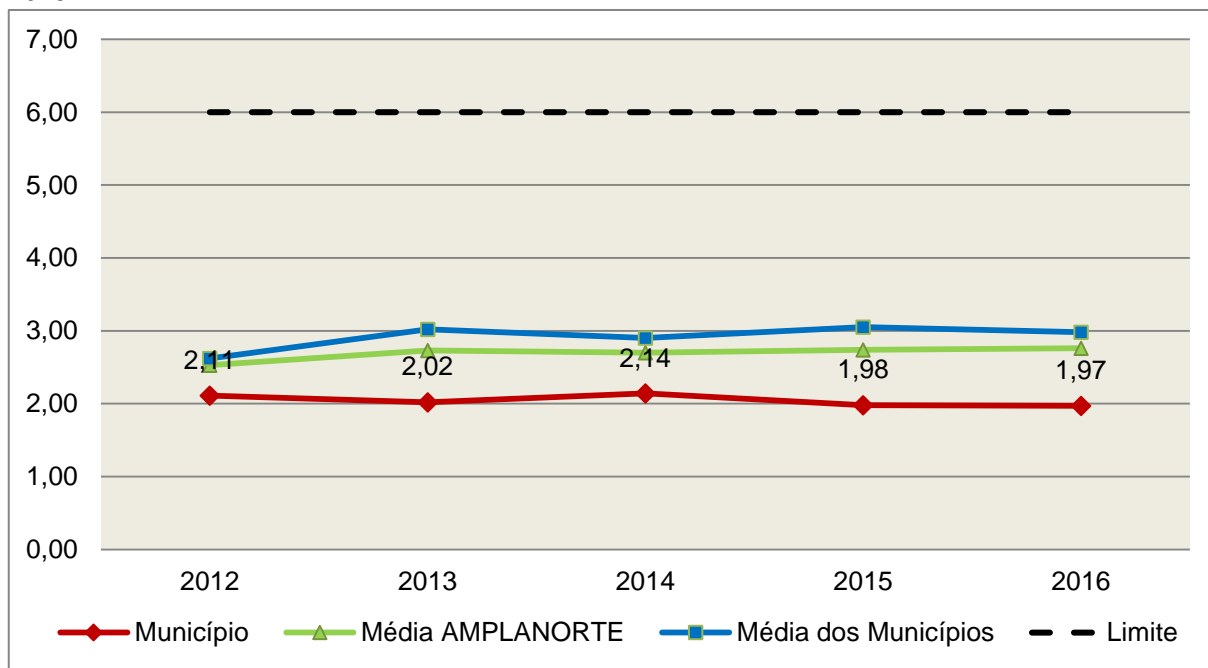
Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,97%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itaiópolis**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁷.

⁷ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de

incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua

convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itaiópolis**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itaiópolis**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itaiópolis**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social com a seguinte ressalva:

- Cofinanciamento de serviço de Proteção Social Básica-CRAS, recurso repassado do FEAS ao FMAS e necessidade de garantir o orçamento para Assistência Social (fls. 319/320).

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Itaiópolis**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Itaiópolis, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
 - b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
 - c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
 - d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
 - e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
 - f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
- II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
- a) previsão;
 - b) lançamento, quando for o caso; e
 - c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Itaiópolis**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 04/04/2017 (fls. 420).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 553, de 22 de dezembro de 2014, que "aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

- a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;
- b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados e respectiva destinação específica.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

- a) destinação vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades estabelecidas pela normaⁱ. Ex.: FR 09 – Fia Imposto de Renda e FR 89 – Alienação de Bens destinados a outros programas;
- b) destinação ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades ⁱⁱ(FR 00 – Recursos Ordinários).

No que tange aos recursos disponíveis para cobertura dos compromissos contraídos, objeto de verificação do cumprimento do art. 42 da L.C. 101/00, considera-se Disponibilidade de Caixa Bruta:

- a) Caixa – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria;
- b) Bancos – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos;
- c) Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras. No caso dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as aplicações financeiras equivalem ao grupo Investimentos, conforme plano de contas aplicado aos RPPS.
- d) Outras Disponibilidades Financeiras – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não existam restrições para uso imediato.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

- a) Para a disponibilidade de caixa bruta: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas do Ativo Financeiro com atributo F (1.1.1.X.X.XX.XX – Caixa e Equivalente de Caixa; 1.1.3.8.x.08.00 – Créditos a

Receber por Reembolso de Salário Família Pago; 1.1.3.8.X.09.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago; 1.1.3.8.X.10.00 – Auxílio Natalidade Pago a Recuperar; 1.1.3.8.X.11.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes Pagos) em 31/12/2016.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto nas contas com atributo F das Classes 1 – Ativo e 2 – Passivo como nas contas 7.2.1.X.X.XX.XX – Disponibilidades por Destinação e 8.2.1.X.X.XX.XX – Execução das Disponibilidades por Destinação das Classes 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

b) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2016 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2016) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2016.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2016 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo com atributo F), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo com atributo F, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

a) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2016, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

b) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2016, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a data da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

c) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2016 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios,

precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

d) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2016, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: inspeções; resposta do ofício circular n.º 1.815/2017; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, informações da Ouvidoria e Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Itaiópolis, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 21 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	CUMPRIU
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	2.434.846,06	CUMPRIU
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	3.816.786,46	CUMPRIU
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	CUMPRIU
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	CUMPRIU
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	-149.828,57	DESCUMPRIU
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	37.055,62	CUMPRIU
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-4.253,56	DESCUMPRIU
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	CUMPRIU
10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	CUMPRIU
11 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	CUMPRIU
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	CUMPRIU

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 171.602,80	165.284,00	CUMPRIU
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ -6.318,80		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	194.750,64	CUMPRIU
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	526.356,80	CUMPRIU
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	622.897,10	CUMPRIU
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	0,00	CUMPRIU
36 - Salário-Educação	409.083,62	CUMPRIU
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	59.135,68	CUMPRIU
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	-644.304,90	DESCUMPRIU
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	CUMPRIU
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	CUMPRIU
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	CUMPRIU
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	CUMPRIU
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	CUMPRIU
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	CUMPRIU
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	CUMPRIU
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	CUMPRIU
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	CUMPRIU
80 - Outras Especificações	1.590.308,32	CUMPRIU
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	136.026,19	CUMPRIU
93 - Outras Receitas Não-Primárias	90.182,15	CUMPRIU
95 – Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-798.387,03	
00 - Recursos Ordinários	-4.624.724,78	DESCUMPRIU
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-4.624.724,78	

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias, resposta de ofícios.

Portanto, conforme quadro anterior, verificou-se que o Poder Executivo do Município de Itaiópolis contraiu despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto **DESPESAS ORDINÁRIAS** no montante de **R\$ 4.624.724,78** **DESPESAS VINCULADAS** às Fontes de Recursos (FR 06 – R\$ 149.828,57, FR 08 – R\$

4.253,56 e FR 38 – R\$ 644.304,90), no montante de **R\$ 798.387,03**, em descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Obs: O descumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000, acima verificado, consta como restrição no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2016 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e VINCULADOS para pagamento das obrigações, deixando a descoberto **DESPESAS ORDINÁRIAS** no montante de **R\$ 4.624.724,78** DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos (FR 06 – R\$ 149.828,57, FR 08 – R\$ 4.253,56 e FR 38 – R\$ 644.304,90), no montante de **R\$ 798.387,03**, evidenciando o descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (Capítulo 8 e item 1.2.1.1).
- 9.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 247.896,64**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 2.088.356,39) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 1.685.314,89) considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 155.144,86, em afronta ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Itens 3.1 e 4.2, Quadros 02 e 11 e item 1.2.1.2).
- 9.1.3 Registro indevido de Valores Restituíveis e Outras Obrigações do Passivo Financeiro na Fonte de Recursos 02 com saldo devedor de R\$ 31.550,48 e Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor nas Fontes de Recursos (FR 06 – R\$ 145.840,36, FR 08 – R\$ 4.253,56, e FR 38 - R\$ 593.734,98), em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos e item 1.2.1.3).

9.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e item 1.2.1.4).

9.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

9.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (Itens 6.6 e 1.2.2.2).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 1.685.314,89
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 3.270.951,56
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	29,63%
4.2) Ensino	25,00%	30,12%
4.3) FUNDEB	60,00%	80,17%
	95,00%	99,19%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	51,23%
b) Poder Executivo	54,00%	49,26%
c) Poder Legislativo	6,00%	1,97%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	
4.6) Artigo 42 da L.C. n° 101/00	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2016 do Município de Itaiópolis**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas nos itens **9.1 e 9.2**, respectivamente, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pela contabilidade do Município a elaboração de Notas Explicativas, a qual deve integrar as demonstrações contábeis consolidadas remetidas a esta Corte de Contas conforme estabelece o artigo 7º, inciso I da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015.

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

VI - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 16/11/2017.

SABRINA MADDALOZZO PIVATTO
Auditora Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditora Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 16/11/2017.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	6.770.275,70
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.836,55
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	6.778.112,25

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	914.885,24
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	138.903,97
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.909.227,02
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	84.697,02
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental	155.933,29
Resultado líquido das transferências do Fundeb	2.886.432,90
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	124.546,11
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	6.214.625,55

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 92)	378.866,52
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	1.364.973,20
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	1.743.839,72
Legislativo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	9.724,84
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo	9.724,84

* Fonte Sistema e-Sfinge

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2016	302	560.996,08	556.343,34	555.333,74
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	301	390.373,30	326.373,86	326.373,86
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	302	27.345,16	27.345,16	27.345,16
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	301	3.928.295,92	3.926.122,92	3.916.039,82
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	302	1.177.934,68	1.141.538,97	1.141.538,97
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	304	69.274,77	69.274,77	69.154,87
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	305	89.493,58	89.493,58	89.493,58
80 - Outras Especificações	2016	301	217.935,25	217.935,25	217.935,25
80 - Outras Especificações	2016	302	271.240,00	1.350,00	1.350,00
80 - Outras Especificações	2016	304	35.868,96	35.868,96	35.868,96
80 - Outras Especificações	2016	305	1.518,00	1.518,00	1.518,00
TOTAL			6.770.275,70	6.393.164,81	6.381.952,21

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	469	09/11/2016	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	MULTA REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA DE Nº MUL091200015/16, IMPUTADA À FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO.
Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	96	15/02/2016	LORAINE SZOSTAK CUBAS	3.376,38	3.376,38	3.376,38	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE AO PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL DEVIDO AO FALECIMENTO DO CONJUGE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, TEREZINHA DO ROCIO SZOSTAK, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, DE ACORDO COM O ART. 175, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/1992, BEM COMO, CONFORME PARECER JURÍDICO E REQUERIMENTO AUTORIZADO EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de	02 - Receitas de Impostos e Transf de	301	250	01/02/2016	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA	127,69	127,69	127,69	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE AO PAGAMENTO DE MULTA E INFRAÇÃO DE TRÂNSITO IMPUTADA AO VEÍCULO FIAT DOBLO, PLACAS MIY-6195, DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ITAIÓPOLIS, NECESSÁRIO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Itaiópolis	impostos: Saúde				PÚBLICA				PARA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO REFERIDO VEÍCULO PARA O ANO DE 2016, SENDO QUE ESTE VALOR DEVERÁ SER RESSARCIDO POSTERIORMENTE PELO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA INFRAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1372	08/08/2016	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	383,08	383,08	383,08	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE AO PAGAMENTO DE MULTAS E INFRAÇÕES DE TRÂNSITO IMPUTADAS AO VEÍCULO BOXER PEUGEOT, VAN, PLACAS MHK-8934, DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ITAIÓPOLIS, NECESSÁRIO PARA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO REFERIDO VEÍCULO PARA O ANO DE 2016, SENDO QUE ESTES VALORES DEVEÃO SER RESSARCIDOS POSTERIORMENTE PELOS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELAS INFRAÇÕES.
Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	709	13/04/2016	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	221,33	221,33	221,33	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE AO PAGAMENTO DE MULTAS E INFRAÇÕES DE TRÂNSITO IMPUTADAS AO VEÍCULO FIAT DOBLO, PLACAS MIY-6195, DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ITAIÓPOLIS.
Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	261	01/02/2016	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	1.728,07	1.728,07	1.728,07	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE AO PAGAMENTO DE MULTAS E INFRAÇÕES DE TRÂNSITO IMPUTADAS AOS VEÍCULOS PLACAS MIH-2842, MJG-9981, MIA-4573, MHK-8934, MFR-2604, MKD-1225, MML-5317 E MML-5257, DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ITAIÓPOLIS, NECESSÁRIO PARA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS REFERIDOS VEÍCULOS PARA O ANO DE 2016, SENDO QUE ESTES VALORES DEVERÃO SER RESSARCIDOS POSTERIORMENTE PELOS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELAS INFRAÇÕES.
TOTAL						7.836,55	7.836,55	7.836,55	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2016	365	51.082,21	51.082,21	51.082,21
36 - Salário-Educação	2016	365	708.743,83	706.566,48	706.566,48
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	365	155.059,20	153.502,94	153.502,94
TOTAIS			914.885,24	911.151,63	911.151,63

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1892	14/06/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	716,00	716,00	716,00	Aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré-Escolas e Centros de Educação Infantil do Município, para o primeiro semestre letivo de 2016. Processo Licitatório nº 17/2016. Sec. Mun. Educação. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1893	14/06/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	159,85	159,85	159,85	Aquisição de gêneros alimentícios (Merenda Escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré-Escolas e Centros de Educação Infantil do Município, para o primeiro semestre letivo de 2016. Processo Licitatório nº 17/2016. Sec. Mun. Educação. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	411	05/02/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	20,50	20,50	20,50	Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alunos com intolerâncias alimentares. (Compra Direta Nº 23/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	852	09/03/2016	COOPERATIVA PROD AGRICULTURA FAMILIAR ITAIOPOLIS	331,10	331,10	331,10	REFERENTE A COMPRA DE FEIJÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Compra Direta Nº 68/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	558	22/02/2016	COOPERATIVA PROD AGRICULTURA FAMILIAR ITAIOPOLIS	1.059,86	1.059,86	1.059,86	REFERENTE A COMPRA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO,SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Compra Direta Nº 48/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	557	22/02/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	614,78	614,78	614,78	REFERENTE A COMPRA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO,SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	851	09/03/2016	COOPERATIVA PROD AGRICULTURA FAMILIAR ITAIOPOLIS	867,37	867,37	867,37	REFERENTE A COMPRA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Compra Direta Nº 69/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de	365	418	05/02/2016	COOPERATIVA PROD AGRICULTURA FAMILIAR ITAIOPOLIS	487,67	487,67	487,67	REFERENTE A COMPRA DE HORTIFUTRIGRANJEIROS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Impostos: Educação								(Compra Direta Nº 31/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	537	19/02/2016	COOPERATIVA PROD AGRICULTURA FAMILIAR ITAIOPOLIS	1.034,23	1.034,23	1.034,23	REFERENTE A COMPRA DE HORTIFUTRIGRANJEIROS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Compra Direta Nº 38/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3083	27/09/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	539,28	539,28	539,28	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 24/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3087	27/09/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	151,90	151,90	151,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 24/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1914	15/06/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	118,30	118,30	118,30	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1983	27/06/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	1.581,46	1.581,46	1.581,46	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1984	27/06/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	236,60	236,60	236,60	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2200	30/06/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	236,60	236,60	236,60	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	365	2269	07/07/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	3.932,57	3.932,57	3.932,57	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Educação								
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2270	07/07/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	6.884,92	6.884,92	6.884,92	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2271	07/07/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	184,75	184,75	184,75	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2306	14/07/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	2.173,90	2.173,90	2.173,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2312	14/07/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	151,30	151,30	151,30	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3080	27/09/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	898,80	898,80	898,80	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 24/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3084	27/09/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	407,40	407,40	407,40	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 24/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2337	18/07/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	452,96	452,96	452,96	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2339	18/07/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	2.181,91	2.181,91	2.181,91	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2340	18/07/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	2.075,30	2.075,30	2.075,30	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1128	06/04/2016	COOPERATIVA PROD AGRICULTURA FAMILIAR ITAIOPOLIS	2.381,75	2.381,75	2.381,75	REFERENTE AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Compra Direta Nº 94/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1913	15/06/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	618,40	618,40	618,40	REFERENTE AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2201	30/06/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	601,20	601,20	601,20	REFERENTE AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1201	12/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	254,66	254,66	254,66	REFERENTE O PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECIAIS PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. (Compra Direta Nº 99/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	409	05/02/2016	MIG SUPERMERCADOS LTDA	47,88	47,88	47,88	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS COM TOLERÂNCIAS ALIMENTARES, DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 138/2016. (Compra Direta Nº 24/2016)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	962	30/03/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	7.415,78	7.415,78	7.415,78	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLA E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	212	29/01/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	8.652,33	8.652,33	8.652,33	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 104/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS.
Prefeitura	01 - Receitas de	365	213	29/01/2016	PAPELARIA SAO BENTO	3.171,78	3.171,78	3.171,78	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Municipal de Itaiópolis	Impostos e Transf de Impostos: Educação				LTDA - EPP				MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 105/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS.
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	214	29/01/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	625,03	625,03	625,03	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 130/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS.
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	380	29/01/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	376,27	376,27	376,27	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 154/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS.
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	382	29/01/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	578,21	578,21	578,21	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 156/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS.
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1200	12/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	39,19	39,19	39,19	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1206	13/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	641,40	641,40	641,40	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	953	28/03/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	5.593,38	5.593,38	5.593,38	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	954	28/03/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	255,19	255,19	255,19	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	365	956	28/03/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	19.859,64	19.859,64	19.859,64	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Itaiópolis	Transf de Impostos: Educação								EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	958	28/03/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	5.926,19	5.926,19	5.926,19	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1126	06/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	232,00	232,00	232,00	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1207	14/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	6.799,60	6.799,60	6.799,60	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1258	20/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	905,60	905,60	905,60	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1294	27/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	2.360,92	2.360,92	2.360,92	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1447	03/05/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	4.250,02	4.250,02	4.250,02	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1448	03/05/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	6.232,10	6.232,10	6.232,10	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1452	04/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	908,00	908,00	908,00	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Impostos: Educação								PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1453	04/05/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	118,30	118,30	118,30	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1454	04/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	44,59	44,59	44,59	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1473	06/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	510,58	510,58	510,58	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1510	06/05/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	118,30	118,30	118,30	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1557	11/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	830,20	830,20	830,20	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1604	18/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	441,40	441,40	441,40	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1610	25/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	775,50	775,50	775,50	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	365	1716	31/05/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	118,30	118,30	118,30	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Educação								
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	536	19/02/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	632,90	632,90	632,90	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	792	04/03/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	1.063,00	1.063,00	1.063,00	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	849	09/03/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	4.346,10	4.346,10	4.346,10	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	879	16/03/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	58,38	58,38	58,38	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	880	16/03/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	6.019,00	6.019,00	6.019,00	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	365	29/01/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	481,15	481,15	481,15	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1	04/01/2016	GISELI TRIERWEILER RIBAS	600,90	600,90	600,90	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SEMEANDO O SABER. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (Licitação Nº : 33/2015-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1259	20/04/2016	GISELI TRIERWEILER RIBAS	118,30	118,30	118,30	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DO CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1757	31/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	1.832,36	1.832,36	1.832,36	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1851	07/06/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	118,30	118,30	118,30	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1852	07/06/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	665,80	665,80	665,80	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1853	07/06/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	7.156,86	7.156,86	7.156,86	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1765	31/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	5.512,20	5.512,20	5.512,20	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	769	03/03/2016	COOPERATIVA PROD AGRICULTURA FAMILIAR ITAIOPOLIS	1.115,72	1.115,72	1.115,72	REFERENTE PAGAMENTO DE HOTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS PRÉ-ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. (Compra Direta Nº 61/2016)
TOTAL						138.903,97	138.903,97	138.903,97	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	361	540.622,80	540.622,80	540.622,80
36 - Salário-Educação	2016	361	1.037.435,01	1.035.152,91	1.035.152,91
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	361	331.169,21	331.169,21	331.169,21
TOTAL			1.909.227,02	1.906.944,92	1.906.944,92

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3081	27/09/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	1.938,84	1.938,84	1.938,84	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 24/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3085	27/09/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	527,00	527,00	527,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 24/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1891	14/06/2016	GISELI RIBAS TRIERWEILER	973,00	973,00	973,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1985	27/06/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	69,60	69,60	69,60	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2307	14/07/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	10.222,90	10.222,90	10.222,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2308	14/07/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	3.105,86	3.105,86	3.105,86	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2309	14/07/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	3.767,62	3.767,62	3.767,62	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2311	14/07/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	111,25	111,25	111,25	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2335	18/07/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	398,36	398,36	398,36	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2336	18/07/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA -	75,40	75,40	75,40	REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Itaiópolis	de Impostos: Educação				EPP				SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	379	29/01/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	2.323,89	2.323,89	2.323,89	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 153/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS.
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	381	29/01/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	3.675,24	3.675,24	3.675,24	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 155/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS.
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	955	28/03/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	10.425,51	10.425,51	10.425,51	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	957	28/03/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	5.431,99	5.431,99	5.431,99	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	961	30/03/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	6.903,14	6.903,14	6.903,14	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1208	14/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	8.354,30	8.354,30	8.354,30	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1293	27/04/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	92,80	92,80	92,80	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1445	03/05/2016	PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP	5.179,26	5.179,26	5.179,26	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1446	03/05/2016	OTAVIO VARVENCZACK EPP	4.243,85	4.243,85	4.243,85	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura	01 - Receitas de	361	1556	11/05/2016	SUPERMERCADO	92,80	92,80	92,80	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Itaiópolis	Impostos e Transf de Impostos: Educação				HILARIO FUCHS LTDA - EPP				MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1611	25/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	667,00	667,00	667,00	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1750	31/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	81,20	81,20	81,20	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1752	31/05/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	7.567,80	7.567,80	7.567,80	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1850	07/06/2016	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA - EPP	81,20	81,20	81,20	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016. (Licitação Nº : 10/2016-PR)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	850	09/03/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	3.162,32	3.162,32	3.162,32	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
Prefeitura Municipal de Itaiópolis	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	881	16/03/2016	SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA.EPP	5.224,89	5.224,89	5.224,89	REFERENTE PAGAMENTO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS. (Licitação Nº : 29/2015-PE)
TOTAL						84.697,02	84.697,02	84.697,02	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)						SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	32.488,90	199,48	7,94	2.155,76	0,00	0,00	30.125,72	-1.374,28	0,00	31.500,00	SUPERAVIT
01	2.444.258,44	8.359,00	1.053,38	16.578,56	0,00	0,00	2.418.267,50	0,00	0,00	2.418.267,50	SUPERAVIT
02	3.787.310,52	-31.550,48	2.014,84	30.600,16	0,00	0,00	3.786.246,00	0,00	0,00	3.786.246,00	SUPERAVIT
03	21.770.833,23	94.921,04	19.529,35	0,00	0,00	0,00	21.656.382,84	21.656.382,84	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	-145.840,36	37,34	1.009,60	7.594,01	0,00	0,00	-154.481,31	0,00	0,00	-154.481,31	DÉFICIT
07	37.055,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.055,62	0,00	0,00	37.055,62	SUPERAVIT
08	-4.253,56	0,00	0,00	44.371,75	0,00	0,00	-48.625,31	0,00	0,00	-48.625,31	DÉFICIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
18	221.375,46	49.772,66	0,00	165.284,00	0,00	0,00	6.318,80	0,00	0,00	6.318,80	SUPERAVIT
19	-6.318,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.318,80	0,00	0,00	-6.318,80	DÉFICIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
32	197.384,90	2.634,26	0,00	0,00	0,00	0,00	194.750,64	0,00	0,00	194.750,64	SUPERAVIT
33	530.887,35	4.529,92	0,00	64.000,07	0,00	0,00	462.357,36	0,00	0,00	462.357,36	SUPERAVIT
34	825.683,55	2.982,53	75.623,82	576.394,13	0,00	0,00	170.683,07	124.180,10	0,00	46.502,97	SUPERAVIT
35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

36	409.083,62	0,00	0,00	4.459,45	0,00	0,00	404.624,17	0,00	0,00	404.624,17	SUPERAVIT
37	59.135,68	0,00	0,00	1.556,26	0,00	0,00	57.579,42	0,00	0,00	57.579,42	SUPERAVIT
38	-593.734,98	40.299,92	10.203,00	38.635,71	0,00	0,00	-682.873,61	0,00	0,00	-682.873,61	DÉFICIT
39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	1.595.606,57	5.298,25	0,00	269.890,00	0,00	0,00	1.320.418,32	0,00	0,00	1.320.418,32	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
89	136.026,19	0,00	0,00	121.000,00	0,00	0,00	15.026,19	0,00	0,00	15.026,19	SUPERAVIT

93	90.490,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.490,96	308,81	0,00	90.182,15	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	31.387.473,29	177.483,92	109.441,93	1.342.519,86	0,00	0,00	29.758.027,58	21.779.497,47	0,00	7.978.530,11	

B		RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			SUPERÁVIT/DÉFICIT	
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA		
0	-4.461.873,36	117.459,05	41.040,86	87.205,28	0,00	0,00	-4.707.578,55	DÉFICIT	
T.	-4.461.873,36	117.459,05	41.040,86	87.205,28	0,00	0,00	-4.707.578,55		

ⁱ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, p. 119.

ⁱⁱ idem

Cálculo Detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

RECURSOS VINCULADOS												
FR	A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU	
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
			DE ANTERIORES ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES	NÃO EMPENHADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	EMPENHADAS E CANCELADAS				
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
1	2.444.231,49	8.332,05	0,00	1.053,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.434.846,06	CUMPRIU	
2	3.787.310,52	-31.550,48	0,00	2.014,84	59,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.816.786,46	CUMPRIU	
3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
6	-145.840,36	37,34	58,70	950,90	2.941,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-149.828,57	DESCUMPRIU	
7	37.055,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.055,62	CUMPRIU	
8	-4.253,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.253,56	DESCUMPRIU	
9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
18	221.375,46	49.772,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.602,80	CUMPRIU
19	-6.318,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.318,80	DESCUMPRIU
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
32	197.384,90	2.634,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.750,64	CUMPRIU
33	530.887,35	4.529,92	0,00	0,00	0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.356,80	CUMPRIU
34	700.576,42	2.721,50	0,00	74.957,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	622.897,10	CUMPRIU
35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
36	409.083,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.083,62	CUMPRIU
37	59.135,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.135,68	CUMPRIU
38	-593.734,98	40.299,92	1.505,36	8.697,64	67,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-644.304,90	DESCUMPRIU
39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
80	1.595.606,57	5.298,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590.308,32	CUMPRIU

81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
89	136.026,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.026,19	CUMPRIU
93	90.182,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.182,15	CUMPRIU
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA											-798.387,03	
RECURSOS ORDINÁRIOS												
FR	A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS								AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A – B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU
		DEPÓSITOS OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
DE ANTERIORES ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE		2º E 3º QUADRIMESTRES	NÃO EMPENHADAS	Inscritas em RP Não PROCESSADOS		EMPENHADAS E CANCELADAS					
0	-4.464.281,89	117.459,05	3.182,30	37.858,56	1.942,98	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.624.724,78	DESCUMPRIU	